

Professores propõem recuperação de 30% do tempo de serviço já em julho

rtp.pt/noticias/pais/professores-propoem-recuperacao-de-30-do-tempo-de-servico-ja-em-julho_n1570358



A Federação Nacional da Educação (FNE) vai propor ao Governo a recuperação de 30% do tempo de serviço dos professores já em julho e que o processo esteja concluído até 2027.

VER MAIS

A contraproposta foi enviada hoje ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação e será discutida na próxima reunião negocial, agendada para segunda-feira, para definir as regras de recuperação dos seis anos, seis meses e 23 dias de serviço congelado durante a Troika.

No documento, a que a Lusa teve acesso, a FNE propõe a recuperação dos 2.393 dias já a partir de 01 de julho e ao longo de quatro anos: 30% em 2024, 30% em 2025, 20% em 2026 e os últimos 20% em 2027.

"Deve ter início a última tranche em 01 de julho de 2027, porque só assim se garante que no final da legislatura o tempo de serviço está todo recuperado, não deixando para antigos governos esta questão", disse o secretário-geral da federação, Pedro Barreiros.

A proposta do executivo, que foi apresentada aos sindicatos na sexta-feira, prevê a devolução faseada do tempo congelado a uma média anual de 20%, começando em 01 de setembro deste ano.

A FNE defende que aconteça antes e justifica que alguns docentes poderão ser prejudicados pelo prazo proposto pela tutela.

Por outro lado, rejeitam a intenção do Governo de revogar o diploma que implementou mecanismos para acelerar a progressão na carreira, argumentando que o decreto-lei "não compreende a recuperação de qualquer dia de tempo de serviço do período do congelamento".

No final das primeiras reuniões, o ministro da Educação, Ciência e Inovação admitiu estar disponível para fazer "alguns ajustamentos" à proposta, posição que o secretário-geral da FNE diz partilhar.

"Este é o nosso primeiro ponto de partida em relação à proposta que nos foi apresentada. Se há disponibilidade do Governo para vir ao encontro das nossas reivindicações, também teremos de ter disponibilidade para ir ao encontro daquilo que é a capacidade e disponibilidade do Governo", disse à Lusa.